F. 41

MUNICÍPIO DE CUBA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 8

27-02-2015

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA:

1- INFORMAÇÕES

2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;

3- ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

ORDEM DO DIA:

1 - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; *(Para conhecimento)*

2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO, DURANTE O ANO DE 2015; *(Para votação)*

3 - REPORTE DAS DESPESAS NAS CANDIDATURAS AOS PROGRAMAS SOCIAIS EM 2014 DE ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000; *(Para conhecimento)*

4 - REPORTE DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS CONTRATADAS EM 2014 DE VALOR INFERIOR A € 5.000 E DE ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000; *(Para conhecimento)*

5 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO 13º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DR. CARLOS GRADIZ; *(Para votação)*

6 - REDUÇÃO DE TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS LOCAIS. OS RESULTADOS OBTIDOS PELO MUNICÍPIO DE CUBA COM AS REGRAS APLICADAS AO ANO DE 2014, POR FORÇA DA LEI Nº 83-C/2013, DE 31/12. AS NORMAS APLICÁVEIS AO ANO DE 2015. OBRIGATORIEDADE OU NÃO DE EXISTIR REDUÇÃO. POSSIBILIDADE OU NÃO, DE EXISTIR ACRÉSCIMO DE PESSOAL; *(Para conhecimento)*

F. Alfos

7 - ELEIÇÃO DO 3.º REPRESENTANTE AO XXII CONGRESSO DE ANMP E SEU SUBSTITUTO DE ENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO. *(Para votação)*

O Presidente da Mesa da Assembleia saudou todos os presentes e deu início à sessão. - Pediu para ser feita a chamada. ----------

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: ----------

João Duarte Oliveira Brito Palma ----------

Francisco António Orelha. ----------

Francisca Maria Patrocínio Alface das Neves ----------

António Duarte Ildefonso Barradinhas ----------

João Dionísio Parreira Bate ----------

António Manuel Isidoro Cavaco Alfarrobinha ----------

Maria Teresa Cardeira Vargas ----------

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano ----------

Manuel Francisco Pendilhas Baião ----------

Carlos José Maltez Almeida ----------

Hugo Manuel Machado Dionísio ----------

Maria Joaquina Lucas Borges Félix ----------

José António Rocha Cabrita ----------

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco ----------

Luís Manuel Dias Guerreiro ----------

José António Cardeira Machado ----------

Filipe Domingos Candeias Chora ----------

João Manuel Ferreira Arvanas ----------

Raul Manuel Viana Amaro ----------

Faltaram a esta sessão os membros. ----------

António Duarte Ildefonso Barradinhas ----------

Filipe Domingos Candeias Chora ----------

Estiveram também presentes nesta sessão o Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, o Vice-Presidente da Câmara Vereador Francisco Xavier Candeias Fitas, a senhora Vereadora Sandra Maria Guerreiro Braz e o Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho ----------

Na falta do 2.º Secretário António Barradinhas o Presidente chamou para a Mesa, em sua substituição, o deputado José Cabrita. ----------

---

ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

1 – INFORMAÇÕES ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia fez o ponto da situação relativamente às senhas de presença.

Falou da reunião de avaliação do mandato, após 1 ano de gestão dos novos órgãos autárquicos: Câmara, Assembleia e Junta, que decorreu no espaço da Biblioteca e

considerou que assim é que é a democracia, feita em articulação com os eleitos e eleitores. Uma verdadeira democracia participativa, que não é só de 4 em 4 anos.
Manifestou o seu contentamento pela forma como decorreu dizendo que deve repetir-se.

---

2 – RATIFICAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia informou que aconteceu um problema técnico, mas a ata já está transcrita em papel pelo que será enviada para ratificação na sessão de abril.

3- ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ----------

O deputado Luis Guerreiro pediu explicações relativamente à transferência dos bancos do Pavilhão Multiusos de Faro do Alentejo para o novo espaço que sofreu requalificação em Cuba. Pretendeu saber como foi tratado o processo uma vez que houve muitas vozes em Faro que se levantaram contra a situação.
Perguntou ainda se está prevista alguma intervenção para o ring ao pé das Piscinas dado que o pavimento se encontra em muito mau estado.
O deputado Francisco Orelha abordou novamente a questão do lagar de transformação de bagaço em Alvito e voltou a insistir para que se façam as análises ao ar para que fiquemos todos de consciência tranquila. Disse que a situação se agrava quando chove devido à humidade.
Apresenta como proposta de solução para o desemprego, que afeta não só o concelho mas todo o país, o avanço da 2.ª fase do Parque Empresarial, pois pode-se correr o risco de haver empresas de grande dimensão e os lotes da 1.ª fase não têm área suficiente. Já passou ano e meio e pouco ou nada se fez e era tempo de se pensar seriamente nestas infraestruturas, aproveitando a localização geográfica do concelho, incluindo os 120 mil hectares do projecto de fins múltiplos de Alqueva, com uma boa publicidade feita não só nos órgãos de comunicação social, mas nas auto-estradas e nas embaixadas dos países emergentes poderia cativar-se investidores.
Criticou o actual executivo por não lhe ter feito chegar nenhum documento que havia pedido, porque assim não sabe o que se passa a nível de procedimentos. Lembrou que o Presidente quando era vereador reclamava muito por não lhe entregarem os documentos na sessão seguinte. Aqui as reuniões são de 3 em 3 meses ainda é mais grave.
O Presidente da Assembleia perguntou que documentos eram.
O deputado Francisco Orelha respondeu que eram documentos relacionados com obras e aquisição de materiais.
Em relação às obras por administração direta que foram uma bandeira deste executivo, verificou que, as pequenas obras e foram poucas, por exemplo as da Igreja de São Sebastião foram dadas de empreitada.
Questiona o executivo por que razões não foram candidatados os projetos de regeneração urbana.
O Presidente da Mesa da Assembleia disse que o pedido de documentos de que se lembra foi feito pelo deputado Carlos Almeida. As atas e o regimento foram fornecidos.
O Presidente da Câmara começou por responder à questão dos bancos dizendo que compete ao município gerir os equipamentos, fazer escolhas e traçar prioridades e isso

F. Alves

aconteceu numa altura em que o município tinha dificuldades para a tempo e horas encontrar mobiliário parecido para terminar a requalificação da Ermida de São Sebastião. O mobiliário não é da freguesia A ou B. É do concelho e o município é soberano. Lembrou que no tempo de outros executivos houve mobiliário que foi deslocado de Cuba para as freguesias e ninguém se opôs. Neste momento está lá outro mobiliário em madeira que é mais recente e mais moderno.
Reconhece que a população tem todo o direito e legitimidade para dizer se gosta ou não e transmitir isso aos eleitos, coisa que até ao momento não aconteceu.
Lembrou que houve tanta coisa mudada em Cuba: nomes de largos, nomes de ruas e essa questão nunca foi aqui abordada em assembleia, tendo estas, um simbolismo bem maior do que a mudança de bancos.
Criticou a oposição de ter pouca coisa para criticar e então levantam questões menores.
Quanto ao polidesportivo disse que a questão do pavimento, assim que for possível será considerada, mas os problemas já existiam quando tomou posse e até já foram feitas algumas intervenções com a iluminação e as balizas.
Relativamente às questões ambientais acusa o deputado Francisco Orelha de abordar tantas vezes o assunto e nada ter feito para o resolver sobretudo quando foi presidente da AMCAL. Adiantou que tudo o que é competência da Câmara já foi feito.
Discorda completamente do ponto de vista do deputado Francisco Orelha relativamente à 2.ª Fase do Parque Empresarial, que para si nesta altura está como deve estar. As propostas de investimento que chegarem serão moldadas às necessidades. Lembrou que existe uma 1.ª Fase que não está ocupada na totalidade.
Informou que neste momento há novos investidores. Têm sido feitos alguns contactos importantes, inclusivamente com embaixadas. E apareceram empresas de Cabo Verde interessadas.
Deu conhecimento da existência de um programa de promoção do Parque Empresarial e Marketing territorial que irá aparecer brevemente. Houve um contacto enorme de uma empresa que iria ocupar 60 hectares de terreno, prevendo a criação de 350 postos de trabalho direto e 1000 indiretos, que por razões óbvias não se desvenda o nome. Informou também que há pouco tempo houve uma reunião com a nova administração do aeroporto, por isso não é verdade que não há preocupação com o Parque, o que não se pode é pedir que se faça em 1 ano e 4 meses o que não foi feito em 16 anos.
Lembrou o momento complicado, para si a pior altura de sempre, com debilidades económicas e financeiras das empresas e o facto de ainda não haver dinheiro disponível do novo Quadro Comunitário.
Criticou o deputado Francisco Orelha, dizendo que age de má fé quando pretende transformar a opinião pública contrária àquilo que não é possível no momento.
Sobre as obras, disse que vão ser candidatadas as que puderem ser candidatadas e que irão ser feitas algumas por administração direta coisa que não acontecia no mandato anterior. Informou que 2.ª feira avança com uma em Vila Ruiva, Irá também iniciar o Parque Infantil. Congratula-se pelo facto de ter apresentado 5 projetos comunitários aproveitando a criatividade dos técnicos das Câmara.
Quanto aos documentos diz lembrar-se de ter dado despacho para que fossem entregues. Se não foram vai tentar perceber o que se passou, até porque agora a

F-Aljose

Câmara dá conhecimento de tudo o que se passa, não sendo por isso estranho o facto de ter subido 50 lugares no ranking da transparência, no ano passado.
O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que quando houver necessidade de pedir documentos que o pedido seja feito à Mesa e esta tratará de o fazer à Câmara.
O Dr. Vitor Fialho disse ter ficado constrangido quando ouviu estas palavras porque internamente foram feitas as diligências para que a documentação chegasse à Assembleia, mas a convicção é de que foi entregue na sessão de 22 de dezembro de 2014, pelo menos na informação digital está lá toda a documentação solicitada.
O Coordenador técnico José Roque confirmou que a documentação foi toda entregue.
O deputado Luis Guerreiro voltou à questão dos bancos e falou dos muitos transtornos que a situação trouxe à freguesia de Faro do Alentejo, pois ninguém gosta de ver tiradas da sua freguesia coisas para a sede de concelho.
O deputado João bate disse que, perante as circunstâncias se viu obrigado a intervir porque ouvindo as palavras do Presidente da Câmara pensava que estava noutro tempo, noutro país. Para si o Presidente de Câmara deve servir para por lá coisas e não para tirar. Transmitiu a revolta das pessoas de Faro, inclusivamente algumas da área politica do Presidente da Câmara, que querem fazer abaixo assinados e não sabe se foi dado conhecimento ao presidente da Junta de freguesia que estranha não estar nesta sessão da Assembleia.
Concluiu dizendo que falta aqui uma explicação e que, o que o Presidente da Câmara disse foi muito grave, porque não é resposta que se dê a ninguém que é porque eu mando ou porque eu quero.
O deputado Manuel Francisco Baião interveio para informar que o Presidente da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo não está presente na sessão porque foi operado.
O deputado José Cabrita ironizou com o assunto em debate, falando do novo banco, sem ser o BPN, o BCP, é o banco de Faro do Alentejo.
Corroborou as palavras do Presidente da Câmara. Tratando-se de mobiliário urbano as pessoas têm todo o direito de estar revoltadas, tal como outrora. Exemplificou com os calcetamentos feitos em Vila Ruiva com o que sobrava dos calcetamentos das ruas de Cuba. Hoje, refere, há outra atenção para com as freguesias, bastando ver os projetos de regeneração urbana.
Quanto aos bancos, não vê motivo para se criar um caso, eram de pedra passaram a ser de madeira e poderão a qualquer altura voltar a ser de pedra, basta que para tal haja disponibilidade financeira.
O deputado Francisco Orelha entende que a questão dos bancos não é um assunto de somenos importância. No seu entender é uma falta de respeito pela população de Faro do Alentejo e pelos projetistas. No seu entender o Presidente da Câmara não se pode substituir aos projetistas e já o fez várias vezes quando arrancou as árvores à entrada da Vila e na Mata. Para si com esta ação valorizou Cuba e desvalorizou Faro do Alentejo, pois os bancos de pedra custam muito dinheiro e não é fácil substitui-los.
Referiu-se ao Parque Empresarial dizendo que o atual Presidente encontrou o concelho com todas as infraestruturas construídas, coisa que não aconteceu consigo, pois nem $1m^2$ de expansão urbana o concelho de Cuba tinha.
Também acusou o Presidente da Câmara de má-fé por ter dito que não se avançou mais rapidamente com o Parque sabendo que teve de se aprovar o Plano de Urbanização e depois adquirir o terreno. Acusou também os mandatos da CDU de não terem conseguido em 22 anos comprar a Casa Fialho de Almeida.

F.A45

Defende que o que a Câmara pode dar em termos de oportunidade aos investidores passa forçosamente pelo Parque Empresarial, isentando de derrama e outros impostos não é a vender rifas nas lojas que se que consegue desenvolver o tecido económico do concelho e ninguém compra uma rifa para arranjar emprego, e o desemprego cada vez está pior.

Perguntou ao Presidente da Câmara quantos jovens já empregou no concelho dizendo que nem um, pois os que têm emprego são os dos programas ocupacionais e recibos verdes.

Dirigiu-se ao deputado José Cabrita dizendo que como este não estava cá não sabe o que se fez nas freguesias. Estava no 3.º mundo quando cá chegou e construiu as casas mortuárias, o Multiusos de Faro que custou 450 mil euros e os parques infantis.

Concluiu dizendo que hoje a Câmara tem menos que fazer do que uma freguesia, é só pôr remendinhos, plantar árvores e pintar passadeiras.

O Presidente da Câmara respondeu à questão dos bancos. Começou por referir que as freguesias foram marginalizadas devendo-se isso ao PS e ficou-se com esse estigma. Algumas, nenhuma obra tiveram, como Vila Ruiva que não tem casa mortuária, como não tem outras coisas.

Perguntou ao deputado João bate se só ouve aquilo que quer.

Explicou que a intervenção na Igreja de São Sebastião justificava a colocação de bancos e como não havia disponibilidade utilizaram-se os bancos que estavam em Faro do Alentejo com o objetivo de os colocar lá, mas as pessoas de Faro não ficaram sem bancos. A população de Faro deveria estar agradecida porque foram lá colocados bancos novos a estrear ao contrário dos que lá estavam que já tinham vindo de outro sítio. Aí é que as pessoas de Faro deveriam ficar indignadas, tal como o deputado João Bate, quando mandaram bancos usados e um sombreiro em 2.ª mão. Aí havia justificação para um abaixo assinado.

Afirmou que a população de Faro do Alentejo, anda a ser instrumentalizada. Para si o que foi feito foi bem feito o que não invalida a reposição dos bancos de pedra num futuro próximo. Percebe que isto não passa de política, como se faz opinião e como se mobiliza a opinião das pessoas.

Respondeu ao deputado Francisco Orelha e ao Parque Empresarial, criticando a demora na aprovação do PU e na atualização do PDM e afirmou que para este "peditório" não vai dar mais nada pois sabe bem a herança que lhe coube em sorte.

Perguntou ao deputado Francisco Orelha quantos empregos arranjou para os jovens de Cuba e onde estão as empresas no concelho em 16 anos de mandatos. Por isso entende que o deputado deveria estar calado, pois não tem legitimidade para falar sobre o assunto.

Quanto às rifas, referiu que a verdade é que as pessoas têm procurado, têm comprado no comércio local e a prova de que apoia o comércio local é que em 2014 investiu 127 mil euros contrariamente aos 65 mil investidos em 2012 pelo então Presidente Francisco Orelha. Entende que assim é que se faz circular a economia local.

Respondendo à questão dos jovens e dos recibos verdes afirma que neste momento não se pode contratar ninguém mas o anterior Presidente pode e contratou muitos que diz saber quem são e como entraram.

Disse que, quem está a pagar os investimentos nas freguesias é o atual executivo com a agravante de ser pago com período de carência sem haver necessidade. 50% das verbas de capital vão para esses investimentos.

Diz ter consciência de que, como os Quadros Comunitários ainda não abriram, não é possível fazer muita coisa mas, está para dar a cara, pagar o que for preciso como já fez com a redução da dívida em 1/2 milhão de euros.
Disse ser demagogia para não dizer ridículo falar de emprego para os jovens a um executivo com pouco mais de um ano de mandato.
O deputado Carlos Almeida pegou na expressão democracia participada. Diz que não percebe se os bancos vão para Faro ou não, pois o deputado Cabrita diz uma coisa e o Presidente diz outra. A pergunta que foi feita foi tão simples de responder que o executivo só tinha de dizer que retirara os bancos, mesmo que fossem em 3.ª mão, que para si também é surpresa, mas que estará a pensar colocá-los lá, ou não, porque os outros ficam melhor.
Entende que se não for feito o que a população anseia não fica muito bem decidir sem ter a tão badalada democracia participada.
O Presidente da Mesa da Assembleia interveio dizendo que democracia participada é para ser exercida por todos sem esquecer a responsabilidade de cada um.
O deputado José Cabrita concorda com a opinião do Presidente da Câmara sobre a 2.ª Fase do Parque Empresarial. Referiu as dificuldades de financiamento em termos de Quadro Comunitário e diz ser redutora a ideia de que só o Parque Empresarial cria riqueza. Falou na possibilidade de instalação de um equipamento social que também pode ser gerador de riqueza. O próprio turismo hoje em dia também tem essa valência.
Felicitou o executivo pela participação na BTL, pela 1.ª vez, com um stand.
Informou que todos os eventos considerados nas grandes opções do plano têm o propósito de produzir riqueza.
O Vice-Presidente Francisco Fitas disse que ficou pasmado quando ouviu o deputado Francisco Orelha dizer que quem assumisse o executivo neste período teria imensas dificuldades em fazer alguma coisa e vir agora criticar por não se ter feito nada limitando-se à manutenção dois espaços. Se a Câmara não tem dinheiro não pode fazer nada.
Concluído este período avançou-se para os pontos da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA:

1 - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (Para conhecimento). ----------

Foi presente à Assembleia Municipal um RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS no período de 06-12-2014 a 13-02-2015, nas áreas de intervenção dos vários pelouros, que dada a sua extensão, aqui se dão por integralmente reproduzidos ficando a fazer parte desta acta e a ela anexa. ----------

Da mesma forma foi presente o RELATÓRIO DE ATIVIDADES da AMCAL, referente ao 1.º semestre. ----------

Foi ainda presente à Assembleia a INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA elaborada de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei N.º 75/2013, de 12 setembro. ----------

O deputado Francisco Orelha criticou a apresentação do Relatório assim como um parágrafo, na parte do Turismo que refere "fronteira internas", que diz não entender o que quer dizer. Diz que com parágrafos e textos desta natureza a Prof.ª Francisca Bicho

seria uma boa aposta como voluntária para substituir a vereação, e, para a Câmara deveria ir o Prof. Alfarrobinha para dar uma ajuda nestes textos que são uma miséria franciscana. Disse não acreditar no número de 4000 turistas visitantes do concelho, por isso gostava que lhe explicassem como é que isto é possível com o Centro Cólon fechado, o Museu de Arte Sacra fechado e a Rota do Fresco que desapareceu, e, quantos turistas vieram no ano anterior para poder comparar.
Criticou o facto de aparecer na parte de obras por administração direta, a recolha de resíduos, a limpeza e desobstrução, assim como o transporte dos alunos.
O Presidente da Assembleia explicou que os dados dos visitantes se encontra no relatório e recordou que no anterior mandato, as vezes que vinha nos relatórios as estradas do cemitério dava para fazer uma estrada até Lisboa.
O Presidente da Câmara disse que a observação do deputado Francisco Orelha é um preciosismo, pois considera que são serviços por administração direta e não obras.
Quanto aos turistas informou que só estão aqui os de 2014 pois nos anos anteriores esses dados nunca vieram à Assembleia para conhecimento.
Reforçou a ideia de que tem havido uma aposta forte no turismo com programação antecipada.
Relativamente às senhas, se o deputado Francisco Orelha não sabe a verdade, é que aumentaram 11% relativamente ao ano passado, o que se traduz num aumento de 15 mil euros. Agora se desconfia da técnica do GAD que lá colocou diz que pode trazer os canhotos para contar as senhas.
Apelidou de deselegante a introdução feita sobre a Prof.ª Francisca Bicho e a substituição da vereação. Primeiro deveria louvar-lhe o esforço de estar a colaborar e até colaborou com o anterior Presidente, escrevendo artigos, apresentando livros e outras coisas. Aquilo que disse só lhe fica mal porque ninguém substitui ninguém e também no anterior executivo havia uma pessoa que coordenava a Biblioteca o que não significava substituir a vereação.
O deputado José Cabrita respondeu ao deputado Francisco Orelha, propondo, caso seja esse o entendimento, venha aqui os técnicos do Turismo explicar a diferença entre turista e visitante.
Quanto aos espaços que diz estarem fechados, quando solicitados são abertos.
O deputado António Alfarrobinha confessou que se excedeu por duas vezes no emprego de uma frase, relativamente aos relatórios do anterior executivo, com alguma sobranceria, pelo que pede desculpa pelo sucedido.
Pensa que apesar de todas as dificuldades o Relatório agora apresentado não envergonha o atual executivo apesar do tom sarcástico empregue pelo deputado Francisco Orelha. Também aqui o pecou por sobranceria indo à procura de um pormenor quando tinha tanto para valorizar, usando de agressividade desnecessária.
A deputada Maria Joaquina Félix referiu-se aos eventos feitos na área da cultura e em tom sarcástico considerou que talvez o aumento do número de turistas tenha a ver com a quantidade de eventos levados a cabo nesta área que, praticamente se resumem a apoios técnicos nas Festas de Natal e cedência de espaços físicos. Lamenta não ter havido eventos mais culturais por assim dizer.
A Vereadora Sandra Braz respondeu dizendo que talvez a deputada não tenha lido o Relatório com alguma atenção pois se tivesse algum poder de associação veria que o capítulo da Biblioteca está repleto de atividades, iniciativas, exposições, uma sessão pertinente pelos acontecimentos em França sobre Charlie Hebdo, conversas com o

cartonista Luis Afonso e foi reativado o Clube de Leitura. Há atividades planeadas a 2 meses de distância o que nunca existiu. Por isso não vê onde é que a cultura peca.
A deputada Maria Joaquina Félix referiu que muitas destas atividades já existiam, outras são novas mas lamenta que a sessão com o cartonista não tenha decorrido num horário que possibilitasse a presença de mais gente.
A Vereadora Sandra Braz informou que teve de se cingir à disponibilidade da pessoa e à oportunidade da data.
O deputado Francisco Orelha concorda que se podia acrescentar uma rubrica na questão das iniciativas enumeradas como de administração direta mas não concorda com as fronteiras. Quanto aos textos espera que não acusem os funcionários do seu preenchimento.
Relativamente ao Centro Cólon diz estar fechado para obras e pergunta quantos colóquios já foram realizados em ano e meio de mandato. Disse temer que qualquer dia apareça uma grua e leve a estátua.
O Presidente da Câmara informou que entre dezembro e fevereiro houve em Cuba música, teatro e cinema, assim como nas freguesias. Abordou a questão Cólon dizendo que para este executivo não é uma questão prioritária, que não faz disso o principal motivo de orgulho do concelho. Assim, como tem dúvidas nesta matéria, prefere dar ênfase e destaque ao que diz ser nosso e, a politica de promoção turística passa por aí.
O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que constasse em ata que a Assembleia tomou conhecimento. ----------
---

2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO, DURANTE O ANO DE 2015; *(Para votação)* ----------
Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação que é do seguinte teor: ----------
Foi presente à Câmara a informação n.º 7/2014, do Sr. Presidente da Câmara contendo a proposta que seguidamente se transcreve: ----------
----------**"PROPOSTA"**----------
Considerando a relevância que os apoios financeiros, entre outros, concedidos pela Câmara Municipal às freguesias do Município de Cuba têm para a efetiva realização das suas competências; ----------
Considerando que os deveres gestionários impõem uma cuidada gestão dos dinheiros públicos e um rigoroso planeamento das atividades geradoras de despesa; ----------
Proponho que a Câmara, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33.º, conjugada com o disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeta a deliberação da Assembleia Municipal de Cuba o apoio financeiro a conceder a estas autarquias durante o ano de 2015, o qual se processará em *tranches*, mediante solicitação fundamentada das freguesias, até ao limite fixado no quadro anexo. ----------

Beneficiário	Verba a transferir	
	Correntes	Capital
Junta de Freguesia de Cuba	€ 10.000	€ 2.000
Junta de Freguesia de Faro do Alentejo	€ 19.000	€ 4.000
Junta de Freguesia de Vila Alva	€ 19.000	€ 4.000
Junta de Freguesia de Vila Ruiva	€ 22.000	€ 5.000
TOTAL:	**€ 70.000**	**€ 15.000**

F-Alves

Mais deve a Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal, no âmbito das competências atrás referidas, que delibere sobre a possibilidade de atribuição, em casos excecionais e devidamente justificados, de outros apoios às freguesias que deles careçam. ----------

A Câmara por unanimidade, delibera aprovar a proposta apresentada. ----------

O Presidente da Junta de Vila Alva perguntou porque razão a junta de Viula Ruiva recebe mais 3 000 euros do que Vila Alva.

O presidente da Câmara respondeu dizendo que sempre foi assim. Já era assim no anterior executivo e mesmo no tempo em que o Sr. era Tesoureiro da Junta.

Vila ruiva tem mais um lugar por isso a diferença é o valor das despesas de manutenção desse lugar

O Presidente da Junta de Vila Alva disse que a diferença existia mas era de 2 500 euros e não de 3 000 euros. Nessa altura Vila Ruiva tinha 1 assistente operacional e 1 administrativo. Como desde agosto de 2012 que não tem ninguém a trabalhar não se justifica essa diferença.

O Presidente da Câmara disse que a gestão de cada Junta é da competência da própria Junta. As verbas são atribuídas com critérios objetivos.

Diz que o Presidente da Junta de Vila Alva tem razão na diferença de 2 500 para 3 000 euros, só que agora recebe mais 20% de transferências da Câmara e em vez de se estar a lamentar deveria agradecer nesta Assembleia Municipal.

O Presidente da Junta de Vila Alva diz que a explicação não o convence e onde é que a Junta de Vila Ruiva vai gastar o dinheiro que a Câmara lhe dá se não tem a quem pagar. É a Câmara que lhe faz o serviço e tem uma administrativa paga pelo centro de Emprego. Perguntou novamente porque é que se dá mais subsídio à Junta de Vila Ruiva.

O Presidente da Câmara disse que assim não dá para explicar. A atribuição é feita com critérios. Como as Juntas gastam o dinheiro não tem nada a ver.

O Presidente da Junta de Vila Alva repetiu a pergunta.

O Presidente da Câmara disse que já chega de explicações e que não tem de estar aqui o resto da noite.

O deputado José Cabrita disse não ser correta a forma como o Presidente da Junta de Vila Alva colocou a questão. Adiantou que a Câmara dá apoio às juntas de Faro do Alentejo, Vila Ruiva e Cuba e não dá à de Vila Alva porque a Junta se fecha e não quer o apoio da Câmara. Até com uma simples fotocópia a Junta se negou a colaborar com a Câmara.

O Presidente da Junta de Vila Alva pediu para lhe explicarem quem é que faz os funerais, em Vila Ruiva, desde 2012.

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que a Câmara terá feito o último funeral porque agora já há condições para ser a Junta a fazê-lo. Acrescentou que, de qualquer forma, foi uma herança com que a Câmara ficou. Contudo a Câmara está disponível para colaborar com todos. Esclareceu que a situação já vinha do anterior executivo e nunca foi levantada aqui, até porque o senhor João Arvanas não vinha às reuniões da Assembleia.

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 1 (um) voto contra do deputado João Manuel Ferreira Arvanas e 6 (seis) abstenções dos deputados do PS, foi aprovada a proposta nos termos em que havia sido apresentada pela Câmara Municipal. ----------

F-Al/09

----

3 - REPORTE DAS DESPESAS NAS CANDIDATURAS AOS PROGRAMAS SOCIAIS EM 2014 DE ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000; ***(Para conhecimento)*** **--------------------------**

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação que é do seguinte teor: ---

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2015 do Serviço No seguimento do solicitado pelo Chefe da DGM, Dr. Vitor Fialho, informo que as despesas nas candidaturas aos programas sociais de encargos plurianuais inferiores a € 30.000 são as constantes nos quadros seguintes:

Candidaturas aos programas sociais ano 2014				
Câmara Municipal de Cuba				
Candidatura	Inicio	Fim	Despesa	Total
167/CEI/13	14-08-2013	13-08-2014	1.204,31 €	2.476,77 €
041/CEI+/13	08-04-2013	07-04-2014	1.355,48 €	8.165,15 €
117/CEI+/13	22-08-2013	21-08-2014	1.246,51 €	7.526,35 €
167/CEI+/14	21-07-2014	20-07-2015	3.506,09 €	11.056,24 €
322/CEI/14	17-11-2014	16-11-2015	7,83 €	81,83 €
0432/EE/14	13-10-2014	12-10-2015	350,26 €	1.279,29 €
0037/EE/14	09-04-2014	08-04-2015	1.186,62 €	4.910,57 €
0033/EE/14	09-04-2014	08-04-2015	575,75 €	5.917,14 €
18/PVE-AE/14	01-09-2014	31-08-2015	702,85 €	4.179,29 €
036/PVE-EP/13	01-09-2013	31-08-2015	0,00 €	8.125,16 €
028/PVE-EP/14	01-07-2014	31-03-2015	0,00 €	2.557,26 €
029/PVE-EP/14	01-07-2014	31-03-2015	0,00 €	2.552,99 €
151/CEI+/13	01-02-2013	31-01-2014	83,84 €	676,96 €
0154/PAC/13	25-09-2013	24-09-2014	0,00 €	66.091,37 €
			10.219,54 €	

Vila Ruiva				
Candidatura	Inicio	Fim	Despesa	Total
190/CEI+/13	20-01-2014	19-01-2015	11.009,81 €	11.009,81 €
286/CEI/13	20-01-2014	19-01-2015	10.223,99 €	10.223,99 €
			21.233,80 €	

Junta de Freguesia de Cuba				
Candidatura	Inicio	Fim	Despesa	Total
179/CEI+/13	20-01-2014	19-01-2015	10.422,63 €	10.422,63 €
042/CEI+/13	08-04-2013	07-04-2014	2.621,18 €	2.621,18 €
004/EACE/13	01-03-2013	28-02-2014	83,84 €	83,84 €
			13.127,65 €	

Junta de Freguesia de Faro do Alentejo				
Candidatura	Inicio	Fim	Despesa	Total
178/CEI+/13	20-01-2014	19-01-2015	10.417,54 €	10.417,54 €
			10.417,54 €	

Bombeiros Voluntários de Cuba				
Candidatura	Inicio	Fim	Despesa	Total

f. Alpac

057/CEI+/13	02-05-2014	01-05-2015	5.577,20 €	5.577,20 €
080/CEI/13	02-05-2014	01-05-2015	4.020,19 €	4.020,19 €
			9.597,39 €	

Total Despesa		54.376,38 €	

A Câmara tomou conhecimento e delibera enviar o documento para conhecimento da Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que constasse em ata que a Assembleia tomou conhecimento. ----------

---

4 - REPORTE DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS CONTRATADAS EM 2014 DE VALOR INFERIOR A € 5.000 E DE ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000; *(Para conhecimento)* ----------

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação que é do seguinte teor: ----------

Foi presente à Câmara a Informação n.º 87/2014, do SAJAI, apresentando as aquisições de serviços contratadas em 2014, de valor inferior a € 5.000 e de encargos plurianuais inferiores a € 30.000. ----------

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS INFERIORES A € 5.000

Designação do procedimento	Adjudicatário	Data da adjudicação	Valor (s/ IVA)
Ajuste Direto simplificado para prestação de serviços de manutenção da aplicação DocBase	DID – Documentação, Informática e Desenvolvimento, Lda NIF 502 563 770	27-10-2014	€ 1.010,25
Ajuste Direto nº 21/14 para prestação de serviços artísticos Herman José	HERMANIAS – Promoção de Espectáculos e Gestão de Investimentos, Lda NIF 501 864 610	29-07-2014	€ 5.000,00
Ajuste Direto nº 23/14 para restação de serviços de elaboração da revista municipal*	Regi7 – Comunicações e Artes Gráficas da Região de Setúbal NIF 501 955 313	23-07-2014	€ 4.506,00
Ajuste Direto nº 27/14 para prestação de serviços artísticos Aurora	Metropolitana – Edições Discográficas, Unipessoal, Lda NIF 505 558 424	06-08-2014	€ 3.000,00

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS INFERIORES A € 30.000

Designação do procedimento	Adjudicatário	Data da adjudicação	Valor (s/ IVA)
Ajuste Direto nº 23/14 para prestação de serviços de elaboração da revista municipal*	Regi7 – Comunicações e Artes Gráficas da Região de Setúbal NIF 501 955 313	23-07-2014	€ 4.506,00
Ajuste direto nº 06/14			

para prestação de serviços de análise da qualidade das águas de consumo humano e piscinas e análise das águas residuais das ETAR's do concelho durante o triénio 2014/2016	LALA – Laboratório de Análises do Litoral Alentejano, Lda NIF 503 310 980	21-01-2014	€ 9.452,10
Ajuste Direto nº 10/14 para aquisição de serviços de comunicações móveis	MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. NIF 502 600 268	24-03-2014	€ 14.980.00
Ajuste Direto nº 14/14 para prestação de serviços em regime de avença para a área da comunicação social - jornalismo	António Duarte Ildefonso Barradinhas NIF 223 051 489	22-04-214	€ 9.900.00
Ajuste Direto nº 15/14 para prestação de serviços para conclusão da revisão do PDM de Cuba	Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura, Lda NIF 506 378 802	14-05-2014	€ 40.000,00
Ajuste Direto nº 18/14 para prestação de serviços de auditoria externa das contas do Município	G. MARQUES, SROC, Unipessoal, Lda NIF 508 426 936	15-07-2014	€ 21.000,00
Ajuste Direto nº 28/14 para prestação de serviços de *renting* de equipamentos multifunções e *outsourcing* de cópias e impressão	J.V. - Comércio de Equipamentos e Serviços, Lda NIF 501 725 717	02-09-2014	€ 33.720,00
Ajuste Direto nº 32/14 para prestação de serviços de manutenção de software AIRC	AIRC – Associação de Informática da Região Centro NIF 501 378 669	04-11-2014	€ 8.945,00

*Procedimento inferior a € 5.000, mas que deu origem a encargo plurianual, uma vez que a última edição do boletim municipal se processa em 2015, motivo pelo qual a última fatura só será paga no novo ano civil. ----------

A Câmara tomou conhecimento e delibera enviar o documento para conhecimento da Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que constasse em ata que a Assembleia tomou conhecimento. ----------

---

5 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO 13º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DR. CARLOS GRADIZ; *(Para votação)* ----------

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação que é do seguinte teor: ----------

F.Alves

Foi presente à Câmara a Informação n.º 2/2015, do Serviço de Ação Desportiva acompanhando a proposta de Regulamento do 13.º Grande Prémio de Atletismo Dr. Carlos Gradiz. ----------
De acordo com a Informação foram mantidos, integralmente, os valores de atribuição de prémios monetários em relação ao anterior regulamento em todos os escalões. -----
A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar o presente regulamento e ao abrigo da alínea k) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal para que possa produzir eficácia externa.
Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovada a proposta de Regulamento nos termos em que havia sido apresentada pela Câmara Municipal. ----------
---

6 - REDUÇÃO DE TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS LOCAIS. OS RESULTADOS OBTIDOS PELO MUNICÍPIO DE CUBA COM AS REGRAS APLICADAS AO ANO DE 2014, POR FORÇA DA LEI Nº 83-C/2013, DE 31/12. AS NORMAS APLICÁVEIS AO ANO DE 2015. OBRIGATORIEDADE OU NÃO DE EXISTIR REDUÇÃO. POSSIBILIDADE OU NÃO, DE EXISTIR ACRÉSCIMO DE PESSOAL; ***(Para conhecimento)*** ----------
Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação que é do seguinte teor: ----------
Foi presente à Câmara, Informação nº 3/2015 do Chefe da Divisão de Gestão Municipal, relativa aos resultados obtidos no ano 2014 em sede de redução de trabalhadores nas autarquias locais bem como sobre as normas aplicáveis ao ano 2015 sobre a mesma matéria e a obrigatoriedade ou não de existir redução ou acréscimo de pessoal. ---------
A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação delibera tomar conhecimento do seguinte: ----------
1.º - Foram cumpridas as exigências efetuadas pelo legislador no que concerne à redução de pessoal no ano civil e económico de 2014, porquanto houve uma redução efetiva de 15 pessoas entre 2013 e 2014, das quais sete foram relevantes para a redução prevista na lei (três conseguidos na Câmara Municipal e quatro na empresa municipal); ----------
2.º - A redução é de sete trabalhadores e não de quinze porque as AEC´s, por força da lei, não eram consideradas para a redução, visto terem um regime especial. Por acordo entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas do Concelho, este último passou a assumir essa função no ano letivo 2014/2015. ----------
3.º - Como a redução exigida pelo legislador era de três pessoas, atingiu-se a meta definida na lei porquanto saíram sete pessoas, nunca descurando que aqui se inclui também a empresa municipal. Por tal razão, ao Município de Cuba não será aplicável qualquer sanção no decurso de 2015. ----------
4.º - No que concerne à gestão de 2015 existem quatro situações distintas que podem ocorrer nos municípios, a saber: ----------
4.1.º - A **mais penalizadora** que obrigará o município a reduzir **o n.º de trabalhadores em 3%.** Situação aplicável aos municípios que se encontrem em situação de **rutura financeira,** de acordo e nos moldes enunciados na informação a páginas dois; ----------
4.2.º - A **difícil** que obrigará o município a reduzir **o n.º de trabalhadores em 2%.** Situação aplicável aos municípios que se encontrem em situação de **saneamento financeiro,** de acordo e nos moldes enunciados na informação a páginas dois; ----------
4.3.º - A **regra geral**, que até legitima a **possibilidade dos municípios aumentar o n.º de trabalhadores, desde que essa medida não aumente o valor global das despesas**

com pessoal. Esta medida é aplicável aos municípios que tendo as suas contas equilibradas, *no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante igual ou superior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios*; ----------

4.4.º - A excecional, que permite a **possibilidade dos municípios aumentar o n.º de trabalhadores, aumentando também o valor global das despesas com pessoal, numa margem máxima de 20%. Esta medida é aplicável aos municípios que tendo as suas contas equilibradas, *no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios*;** ----------

5.º - O município de Cuba com a situação controlada encontra-se na regra geral, uma vez que a média da receita corrente liquida cobrada nos últimos três exercícios – 2012, 2013 e 2014 **é de 4.055.399,18€** (quatro milhões e cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e nove euros e dezoito cêntimos), tendo o Município no ano de 2014 gasto com Recursos Humanos o correspondente a **2.093.007,89€ (dois milhões noventa e três mil e sete euros e oitenta e nove cêntimos), o que corresponde a 51% da média da receita corrente dos últimos três anos.** ----------

6.º - Como por força do n.º 5 do art.º 62.º da Lei n.º 82-C/2014, de 31 de dezembro, **as despesas efetuadas no decurso de 2014 com competências que nos foram transferidas da Administração Central na área da Educação** não são relevantes para o apuramento desta percentagem e esse montante atingiu o valor global de **110.138,06€, não tendo nós arrecadado receita em montante igual via transferência do MNE, poder-se-á dizer que as nossas despesas com pessoal ainda que aproximadas, não atingem os 50% da receita liquida dos três últimos exercícios.** -------

7.º - Registar que ainda assim, acima dos 35% que nos permitiria aumentar as despesas com pessoal no decurso de 2015. No entanto, sabendo nós a escassez das nossas receitas correntes e o peso que o emprego público tem nas diversas regiões do interior onde a iniciativa privada está debilitada, estes números não são preocupantes e a aumentar um pouco a receita nos próximos anos, é de todo sustentável, principalmente se verificarmos a questão numa perspetiva da coisa pública, do bem servir as populações numa ótica em que o lucro não é o fim último, mas sim a satisfação das necessidades dos contribuintes que não podem e não devem ser arredadas da esfera pública. ----------

8.º - Dos presentes dados dar conhecimento à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de fevereiro de 2015. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que constasse em ata que a Assembleia tomou conhecimento. ----------

---

7 - ELEIÇÃO DO 3.º REPRESENTANTE AO XXII CONGRESSO DE ANMP E SEU SUBSTITUTO DE ENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO. ***(Para votação)*** ----------

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação que é do seguinte teor: ----------

Foi presente à Câmara a Informação n.º 5/2015, do Chefe da DGM propondo a eleição, em Assembleia Municipal, do terceiro delegado que participará no XXII Congresso da ANMP. ----------

A Câmara, por unanimidade, delibera: ----------

1.º - Registar que nos próximos dias 27 e 28 de março de 2015 terá lugar o XXII congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses; ----------
2.º - Constatar que o Município de Cuba terá direito a estar representado por três delegados, dois deles por inerência do cargo, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, sendo que o terceiro dos delegados é um dos Presidentes de Junta do Concelho, cabendo a sua eleição à Assembleia Municipal; ------
3.º - Atento o disposto no ponto anterior, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à possibilidade de apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta, deve a questão ser remetida para a sessão de fevereiro de 2015 daquele órgão, para que o mesmo, ao abrigo da alínea a) "in fine" do art.º 2.º do Regulamento do Congresso da ANMP, proceda à eleição do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que desempenhará as funções de delegado no congresso, bem como quem será o seu substituto. ----------

Feita uma primeira votação, deram entrada na urna 17 boletins de voto e obteve-se o seguinte resultado: ----------

José António Cardeira Machado – 10 (dez) votos ----------

João Manuel Ferreira Arvanas – 6 (seis) votos ----------

Raul Manuel Viana Amaro – 1 (um) voto ----------

Em face dos resultados foi eleito como 3.º representante ao Congresso da ANMP, o Presidente da Junta de Freguesia de Cuba, José António Cardeira Machado. ----------

Feita uma segunda votação, deram entrada na urna 17 boletins de voto e obteve-se o seguinte resultado: ----------

Filipe Domingos Candeias Chora – 10 (dez) votos ----------

João Manuel Ferreira Arvanas - 6 (seis) votos ----------

Raul Manuel Viana Amaro – 1 (um) voto ----------

Em face dos resultados foi eleito como substituto do 3.º representante ao Congresso da ANMP, o Presidente da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, Filipe Domingos Candeias Chora. ----------

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente acta, que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, José Francisco Ribeiro Roque, secretário que a redigi. ----------
A Acta foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. ----------

O Presidente: Francisca Alves

O Secretário: